

Movimento 12 de Março quer “fazer de cada cidadão um político”

A criação do M12M institucionaliza os movimentos alternativos. É o regresso da política a partir de baixo. A rua é o seu palco. Mas não descuram os meios legais

Rita Brandão Guerra

● “Os cidadãos perceberam que a política lhes pertence.” Quem o afirma é Raquel Freire, uma das fundadoras do Movimento Cívico 12 de Março (M12M). E explica que esta é uma outra forma de concretizar o que José Saramago escreveu um dia: “Fazer de cada cidadão um político”. Por isso, esta frase abre o *Manifesto* do M12M, apresentado esta semana.

Mas esta ideia é comum a vários movimentos que se desenvolveram após o “Protesto Geração à Rasca”. A manifestação, que levou às ruas cerca de meio milhão de pessoas das mais variadas gerações, a 12 de Março, tinha como objectivo o combate à precariedade laboral que assola, sobretudo, os jovens licenciados.

O M12M, já formalmente registado, o Movimento Cívico Geração à Rasca e diversas outras plataformas proliferaram, entretanto, nas redes sociais. Nas páginas do Facebook, onde o apelo inicial foi feito, e nas reuniões de carácter informal que realizam, reclamam soluções capazes de dar respostas satisfatórias às inquietações de uma geração que se sente à margem do reconhecimento partidário.

João Labrincha, um dos organizadores do protesto e fundador do M12M, afirma que os promotores do movimento, “laico, pacífico e apartidário”, tiveram, desde sempre, a preocupação de apelar à constituição de “grupos, associações populares, movimentos cívicos”. Defendem que só assim é possível “o reforço da democracia”, como explica Raquel Freire.

E o que diz o manifesto criado por este grupo de jovens insatisfeitos com o panorama actual? Que é possível promover a participação democrática, que não se esgota, por exemplo, no recurso ao voto. Acreditam que, “umindo sinergias de vários movimentos e de vários partidos” - o M12M integra pessoas que “sempre estiveram nos partidos, desde o BE ao CDS” ou que, como Labrincha, não fazem parte de qualquer partido -, é possível “uma mudança qualitativa”. E reforçam: “Não somos contra os partidos, mas partidários”.

A precariedade laboral, que deu o mote à manifestação de 12 de Março, continua a ser uma das bandeiras dos movimentos (FERVE, M12M, Precários Inflexíveis e Intermitentes do Espectáculo). Por isso, apresentaram já uma

proposta de lei que querem ver votada no Parlamento. Porém, os temas que agora discutem superam as questões laborais. E vão desde o resgate financeiro pedido à União Europeia até à exigência de uma auditoria às contas públicas, passando pelo combate à corrupção e pela promoção de um debate sobre um referendo ao pagamento da dívida soberana, à semelhança daquilo que se passou na Islândia e que, até à data, nenhum dos partidos de esquerda lançou como hipótese.

“Um protesto político”

Para Maria da Paz Lima, doutorada em Sociologia e professora no ISCTE, “a iniciativa dos jovens catalisou o profundo descontentamento de variados sectores da sociedade”. A socióloga não considera que “estes movimentos sejam antipartidos, dizem-nos antes que a democracia não se esgota nos partidos”, e o “protesto do 12 de Março, assumido ou não, foi



“Os cidadãos perceberam que a política lhes pertence”, diz Raquel Freire, fundadora do Movimento 12 de Março

um protesto político, contra o resultado de políticas e por políticas alternativas”, defende.

Labrincha assume-o: “Nunca negamos que somos um movimento político, mas não somos um movimento partidário”. Questionado sobre se o M12M se transformará em partido, o fundador garante que, “neste momento, tal não se coloca”, até porque as afinidades que os identificam não impedem sensibilidades políticas distintas. Ainda assim, a luta contra a “deterioração das condições de trabalho” e o “desmantelamento dos direitos sociais” permitem que possam erguer-se, por agora, a uma só voz.

Elísio Estanque, sociólogo e professor na Universidade de Coimbra, considera que a manifestação, ao unir de forma muito significativa “segmentos sociais desatendidos” com as questões laborais, que estão “suficientemente distantes dos partidos e dos sindicatos”, deve ser encarada, por um lado, como um sinal de “vitalidade da sociedade civil não organizada”. Por outro, é um sinal “contra a classe política”. E Maria da Paz Lima considera que o 12 de Março “representa uma enorme

viragem no sentido de organização de respostas colectivas” face à experiência das “três últimas décadas”.

A aposta em iniciativas legislativas populares, acções judiciais, petições e acções directas é um dos objectivos inscritos no *Manifesto* do M12M. Elísio Estanque, apesar de fazer uma leitura cautelosa destes movimentos, já que o “descontentamento pode redundar em discursos demagógicos e populistas”, destaca que, em “democracias avançadas, os cidadãos têm uma consciência nítida de que os actores institucionais não esgotam o exercício político da cidadania”.

Sobre se a acção destes movimentos constitui um sinal da maturidade democrática dos portugueses, Estanque sublinha que tem dúvidas. E prefere assinalar “uma viragem, que é um sinal de saturação face às instituições tradicionais que não têm sido capazes de responder satisfatoriamente” às preocupações da sociedade civil. Aliás, a presença “na arena política de actores novos, que estão a olhar para os bloqueios e os principais problemas” de uma forma que os partidos não têm conseguido responder, prova que o actual “sentimento forte antipartidos” existe. E que as estruturas partidárias não têm sabido gerir essas “frustrações”.

Se assim fosse, não haveria este “divórcio cada vez mais óbvio entre os políticos e os cidadãos”, defende. A realidade vem demonstrar que “a sociedade e as forças de baixo para cima ainda não desistiram e que a nova geração percebeu que é preciso não soluções individuais, mas diversos grupos a agir como colectivo”, diz.

Sobre o futuro, Estanque alega que “as condições de comunicação se alteraram, com as redes sociais”. Isso “dá aos movimentos contornos inovadores”, que as forças políticas ainda não acompanham

E se o futuro é, para todos, uma incógnita, Maria da Paz Lima lembra que o passado nos ensina que se uns movimentos se institucionalizam e outros desaparecem, quando “as razões persistem, os movimentos têm todas as condições para se reforçar”. E é isso que se lê no *Manifesto* do M12M: “E porque, sabemos, ter o direito de ser ouvidos”.

Manifestação de 12 de Março abriu uma nova etapa na intervenção política



As propostas do M12M

Grupo quer convocar assembleia não deliberativa

A proposta de lei contra a precariedade laboral foi a primeira iniciativa legislativa do Movimento Cívico 12 de Março (M12M), em conjunto com a FERVE, Plataforma Intermitentes do Espectáculo e do Audiovisual, Precários Inflexíveis e organizadores do “Protesto Geração à Rasca”, no Porto. O grupo precisa agora de recolher 35.000 assinaturas para que a petição pública, que começou a circular esta semana, possa chegar à discussão e votação na Assembleia da República, já na próxima legislatura.

A convocação de uma assembleia popular de carácter não deliberativo e a interpeleção aos partidos políticos sobre as temáticas que querem ver discutidas nas áreas da política, economia, trabalho, cultura e educação,

também marcam a agenda do grupo, que apresentou esta semana o seu *Manifesto*. Integram igualmente as promessas do M12M o debate sobre a necessidade de um referendo nacional ao pagamento da dívida soberana e a exigência de uma auditoria às contas públicas. O questionamento activo da “legitimidade” e “eficácia” do resgate financeiro a que Portugal está sujeito por parte do FMI e das instâncias europeias é outro dos temas em cima da mesa do M12M.

O movimento, que irá participar em conjunto com a Associação 25 de Abril num ciclo de debates sobre o tema *Aprofundamento da Democracia*, anunciou também que vai cooperar com a rede internacional de activistas Portugal Uncut, contra “os cortes brutais, desnecessários e cegos” no Estado social. **R.B.G.**





Sociólogos falam da urgência da renovação

Partidos e sindicatos desfasados da sociedade

Rita Brandão Guerra

● “Não se revêem nos sindicatos porque não têm um emprego estável e o facto de o emprego ser precário inibe e proíbe, na prática, a filiação num sindicato”. É assim que Elísio Estanque, sociólogo e professor na Universidade de Coimbra, descreve o panorama actual de desfasamento entre os sindicatos tradicionais e a realidade social do país.

A defesa dos direitos adquiridos de quem tem um emprego efectivo não encaixa nas “frustrações” dos milhares de cidadãos que reivindicaram o fim da precariedade laboral e pediram, enquanto geração mais qualificada de sempre, um futuro melhor com melhor emprego, na manifestação que decorreu no dia 12 de Março, em todo o país.

“Deixou-se de acreditar que os sindicatos tradicionais representam os direitos dos trabalhadores, pela dificuldade que apresentam de renovar práticas, discurso e até protagonistas”, acusa o sociólogo. Também Maria da Paz Lima, doutorada em Sociologia e professora no ISCTE, explica que “há momentos em que as instituições existentes não respondem totalmente às aspirações de diferentes grupos ou não se mostram capazes de articular o movimento de mudança necessário para responder a estas aspirações”. E tal é manifesto “quer se trate de partidos políticos, quer se trate de sindicatos ou de outras organizações”, explica a socióloga.

Estanque realça a importância de “o discurso dos movimentos não ser contra os partidos e os sindicatos”, mas

aponta, no entanto, que se “demarca deles, porque a situação laboral débil é um contra-senso com aquilo que defendem os sindicatos”.

Se, por um lado, “os sindicatos não foram capazes de se renovar recrutando, por exemplo, quadros mais jovens”, por outro “não devem perder de vista estes sinais, estas iniciativas”, diz o sociólogo. E defende que as estruturas organizadas, como a Assembleia da República e os partidos políticos, devem estar atentas às iniciativas da sociedade civil - como é o caso da lei contra a precariedade laboral, que congrega vários cidadãos de diversos movimentos e cuja petição pública começou esta semana a circular.



Situação laboral dos precários está em “contra-senso” com aquilo que defendem os sindicatos, acusa Elísio Estanque

Uma coisa é certa: “As soluções têm que vir de baixo para cima e tem que haver uma demonstração de vontade, força e vitalidade” da sociedade civil, defende Estanque. Porque, “se ficarmos à espera dos partidos e das estruturas organizadas, isso nunca acontecerá”, diz. Ainda assim, o professor alerta que é importante não “cairmos num cenário de conflito generalizado” e que, pelo contrário, os diversos movimentos e estruturas devem procurar canais de “diálogo e articulação”, capazes de dar “respostas satisfatórias” às preocupações dos cidadãos e gerar “consensos que enriqueçam o próprio sistema democrático.”

“A sociedade e as forças de baixo para cima ainda não desistiram. (...) A nova geração percebeu que é preciso não soluções individuais, mas diversos grupos a agir como colectivo”, diz Elísio Estanque

Especialista em movimentos alternativos

“A informação anda mais rápido do que os políticos”

● Mark Rendeiro, que passou pelo Rossio, em Lisboa, durante a tarde de 12 de Março, ficou surpreendido com o “número incrível” de pessoas que aderiu a um protesto convocado na rede social Facebook. Mas, mais impressionante do que esse facto, foi verificar a quantidade de grupos sociais diversos que, “normalmente, não são do mesmo lado político” e se apresentavam em sintonia, como “arquitectos, professores ou estudantes”.

Rendeiro, luso-americano residente em Amsterdão, é jornalista e escreve frequentemente para o *The Guardian* sobre movimentos sociopolíticos e redes sociais. O PÚBLICO pediu-lhe que fizesse uma comparação do “Protesto Geração à Rasca”, que levou à Baixa lisboeta cerca de 300 mil cidadãos sem estrutura organizada, partidos políticos ou sindicatos associados, com aquilo que se passa actualmente na Holanda e por toda a Europa.

Teremos chegado a um ponto em que “a informação anda mais rápido do que os políticos e muitos de nós já sabemos que um partido, seja ele qual for, não vai mudar nada”, diz o jornalista. A sociedade civil compreendeu, na Holanda mas não só, que “já não pode esperar pelos partidos políticos para promover iniciativas” que manifestem as suas preocupações.

“Hoje em dia, o Facebook e o Twitter são ferramentas importantes para organizar grandes manifestações”, defende Rendeiro, que explica que a partilha de “interesses, temas, ideias e eventos” faz com que a informação passe muito rapidamente entre grupos diversificados. Mas também há o “lado negativo”. Uma informação que é tão rapidamente veiculada corre o risco de se perder também mais depressa. E a “memória colectiva no Facebook” sofre dessa fragilidade, segundo o jornalista. Não há dúvida que, apesar de



“Manif” de 26 de Março, em Londres

a Internet facilitar a informação e o contacto entre pessoas, “manter um movimento mais do que umas semanas ou meses é, tal como era antes das redes sociais, difícil”, explica.

Mark Rendeiro constata que, no país onde reside, “depois das manifestações, as pessoas voltam para casa e perdem a energia, o espírito e, muitas vezes, a esperança que as coisas podem mudar”. E exemplifica com as manifestações contra a guerra do Iraque, que, no imediato, encheram ruas de gente, que desmobilizou nos anos seguintes: “Os holandeses manifestaram-se, mas não foi uma resposta enquanto movimento, porque o movimento adormeceu muito cedo”.

De Lisboa, no mês de Março, levou a memória jornalística de gente que “cantava e marchava” com “muita alegria, apesar de as pessoas estarem zangadas e fartas da situação que hoje em dia se vive”. R.B.G.



**Movimento
12 de Março**
**“Fazer de cada
cidadão um
político” Págs. 2/3**